

Servidores devem reconhecer avanços, mas manter a mobilização pelas pautas urgentes

As propostas apresentadas pela chapa Lula-Alckmin para 2026 trazem temas que dialogam diretamente com reivindicações históricas dos servidores públicos e do movimento sindical, especialmente na defesa do Estado, dos serviços públicos de qualidade e da valorização do trabalho.

É importante reconhecer os avanços e as sinalizações positivas. A valorização dos servidores, o fortalecimento das políticas públicas e a defesa de um Estado capaz de atender às necessidades da população são pautas que precisam estar no centro do debate nacional.

Mas reconhecer avanços não significa abrir mão da luta. Para o movimento sindical, ainda existem reivindicações urgentes que precisam sair do campo das propostas e se transformar em medidas concretas. A valorização das carreiras, a recomposição das perdas salariais, melhores condições de trabalho, o fortalecimento dos órgãos públicos e a garantia de direitos continuam sendo prioridades para os trabalhadores do serviço público.

Para o presidente do Sindsep/João Carlos Lima Martins, é muito importante que os servido-



res avaliem com cuidado as propostas apresentadas pelos candidatos, mas chama atenção também para o histórico de cada um deles. O que cada um tem efetivamente feito pelos serviços públicos e pela valorização dos servidores. “Precisamos apoiar o projeto de país que realmente contemple a melhoria dos serviços públicos e que respeite e valorize os servidores”, disse o presidente, João Carlos.

A experiência mostra que direitos não são conquistados apenas por meio de compromissos assumidos, mas também pela organização, mobilização e capacidade de negociação dos traba-

lhadores. Por isso, cabe às entidades sindicais manter a pressão, apresentar suas pautas e cobrar respostas concretas do governo e dos candidatos.

O momento exige diálogo, mas também firmeza. Todo avanço deve ser reconhecido; toda pendência deve ser cobrada. A defesa do serviço público e dos servidores é, acima de tudo, uma defesa da população que depende de um Estado forte, valorizado e capaz de prestar serviços de qualidade.

A luta sindical continua para que as propostas avancem e para que as reivindicações urgentes dos servidores sejam efetivamente atendidas.

CNBB rebate e acusa Flávio Bolsonaro de mentir sobre Nossa Senhora Aparecida

Entidade contesta acusação de que teria participado da divulgação de informação falsa envolvendo Nossa Senhora Aparecida

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias



Envelhecer com direitos: trabalho, renda, saúde e autonomia depois dos 60

O Brasil passa por uma rápida mudança demográfica. O número de pessoas com 60 anos ou mais superou cerca de 22 milhões, em 2012, para 34,1 milhões em 2024, crescimento de 53,3%, segundo o IBGE. Em 2026, esse contingente chegou a 36,6 milhões, equivalente a 17,1% da população. A projeção aponta que poderá alcançar 61,5 milhões nas próximas duas décadas.

Essa transformação muda o perfil da sociedade e também do mundo do trabalho. A questão é como garantir **renda, trabalho digno, saúde, cuidado e autonomia** para milhões de pessoas que viverão cada vez mais.

Trabalhar depois dos 60

Para alguns, continuar trabalhando é uma escolha. Para outros, é uma forma de complementar a renda ou uma necessidade para manter o orçamento familiar. Em 2024, 24,4% das pessoas com 60 anos ou mais estavam ocupadas: 34,2% dos homens e 16,7% das mulheres.

A participação diminui com a idade. Entre 60 e 69 anos, aproximadamente 48% dos homens e 26,2% das mulheres estavam ocupados. Entre as pessoas com 70 anos ou mais, os índices caíam para 15,7% e 5,8%, respectivamente.

Os números mostram que chegar à velhice não significa necessariamente deixar o mercado de trabalho. Para uma parcela, porém, permanecer na atividade está relacionado à necessidade de renda.

A forma de inserção também chama atenção. Em 2024, 43,3% dos trabalhadores com 60 anos ou mais atuavam por conta própria. A atividade autônoma pode representar autonomia, mas também significa menor proteção diante de doença, acidente ou perda de renda.

O mercado de trabalho precisa, portanto, incorporar essa realidade,

com **qualificação, adaptação de funções, jornadas adequadas, saúde ocupacional e combate ao etarismo.**

Renda e autonomia

Os recursos disponíveis na velhice podem vir do trabalho, de benefícios previdenciários e assistenciais, patrimônio e apoio familiar. Em setembro de 2024, 67,4% dos benefícios previdenciários e assistenciais pagos correspondiam a um salário mínimo.

Para famílias com orçamento limitado, esse dinheiro precisa cobrir alimentação, moradia, transporte, medicamentos e, muitas vezes, despesas de outros familiares. A autonomia depende, portanto, não apenas da existência de uma renda, mas de sua capacidade de garantir condições dignas de vida.

Quem cuida de quem envelhece?

O aumento da longevidade também transforma a organização das famílias. Pessoas mais velhas podem precisar de ajuda com medicamentos, alimentação, tarefas domésticas, locomoção ou consultas. Sem uma rede pública suficiente, parte desse trabalho acaba dentro das famílias, frequentemente sob responsabilidade das mulheres.

Para enfrentar esse problema, o atual governo já colocou em prática novas políticas de cuidado. A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei nº 15.069/2024, reconhece o direito de cuidar, ser cuidado e exercer o autocuidado e estabelece a corresponsabilidade entre Estado, famílias, sociedade e setor privado.

O que já foi feito e o que Lula propõe para um próximo mandato

O programa de governo de Lula prevê ampliar políticas voltadas à população com 60 anos ou mais a partir de iniciativas já instituídas ou em execução. Entre as propostas estão a expansão do PADI-Brasil, o fortalecimento da Política Nacional de Cuidados, a ampli-

ação da Farmácia Popular, mais Centros-Dia e vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos e espaços públicos de convivência, lazer e atividade física.

A proposta reúne **renda, saúde, cuidado, trabalho e participação social** como dimensões das políticas para essa parcela da população.

As lacunas do programa de Flávio Bolsonaro

O programa de governo de Flávio Bolsonaro apresenta propostas para a população idosa, mas deixa questões centrais sem detalhamento diante da dimensão da mudança demográfica brasileira. Em um país com 36,6 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, novas iniciativas exigem respostas para perguntas básicas: **quanto vão custar, quais serão as metas, quem será responsável pela execução e como chegarão aos municípios de todo o país?**

Na Previdência, Flávio afirma defender o ajuste fiscal sem alterar aposentadorias nem a política de valorização do salário mínimo. O programa não esclarece como essa estratégia seria conciliada com a ampliação de políticas para uma população que demandará mais saúde, cuidado e proteção social.

A principal lacuna está na distância entre anunciar medidas e demonstrar **como serão financiadas, implantadas e mantidas em escala nacional.** A transição demográfica não é uma questão exclusivamente previdenciária: exige planejamento de longo prazo e políticas integradas.

Para quem chega à velhice, a questão é concreta: ter renda suficiente, acesso à saúde e aos medicamentos, uma rede de cuidados quando necessária, condições dignas de trabalho e autonomia para viver essa etapa da vida com direitos.

Matéria completa em
www.cut.org.br